

*Iolanda Silva*

45

Caracas, Venezuela, 1956. Licenciatura em História, com Pós graduação em Ciências Documentais e em Direito Regional, Doutoranda em Ciências da Informação, é directora do Sector de Documentação e Arquivo da Universidade da Madeira.

*Obras:* *Transportes na Madeira*, em co-autoria com Álvaro Simões e Jorge Sumares, Funchal, 1983; *A Região Autónoma da Madeira: aspectos do passado e do presente: catálogo da exposição* (edição bilingue / francês), Funchal, 1990; *A Assistência médico-social na Madeira e a Escola médico-cirúrgica do Funchal*, selecção e inventário bibliográfico de José Pereira da Costa, Maria Clara Pereira da Costa, Pedro Ferreira e Iolanda Silva, Funchal, 1991; *O turismo: elementos para a sua história*, Lisboa, 1998.

## "A Biblioteca: espaço *laboratorial* para novas aprendizagens"

### Introdução

Propomo-nos abordar, numa perspectiva diacrónica, crítica e breve, a evolução da Biblioteca até aos nossos dias, tendo em conta os seus meios e a sua missão junto dos utilizadores.

Começaremos por dizer que à Biblioteca compete acompanhar o desenvolvimento económico da sociedade, da educação e as formas científicas de organização do trabalho, em particular o seu modo de produção.

Sugerimos, nesta abordagem, a existência de dois tipos de bibliotecas: a analógica e a analógica/digital. Tal como se operou a distinção entre as antigas máquinas de capturar imagens (películas) e as mais recentes (digitais), a diferença assenta em duas temporalidades distintas: a analógica é anterior ao pós-modernismo e a analógica/digital pertence à época da pós-modernidade, ou seja, à, actualmente, designada Sociedade de Informação. Além disso, é de registar uma profunda divergência nas suas missões, nos seus objectivos, nos seus objectos e nos seus modos de acessibilidade.

### 1. Na era da Biblioteca Analógica

A designação "Biblioteca Analógica" reporta-se à biblioteca tradicional. Dizemos "analógica" porque retrata, fielmente, o tecido social, económico, educacional e cultural da época, absorvendo e reproduzindo os interesses inerentes aos respectivos contextos. A

sociedade anterior à Sociedade de Informação apresentou-se culturalmente homogénea, porque tinha apenas um suporte de transmissão da informação: o papel impresso, o ícone de Gutenberg. Ao papel viera juntar-se, séculos mais tarde, a fotografia, as microformas, as transparências, os *slides*, as cassetes que foram, paulatinamente, entrando no ambiente analógico e passaram a pertencer à documentação armazenada nessas bibliotecas.

Ao longo da História da civilização europeia, podemos distinguir três tipos de “biblioteca analógica”.

A **Biblioteca Conventual**, com um acervo documental rico, desde manuscritos, códices, incunábulo e livros impressos, era frequentada pela comunidade clerical. Essas bibliotecas tiveram dificuldade em abrir-se ao mundo laico. Aliás, como sugere o romance *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco, a dificuldade de acesso à informação era tal que até aos próprios membros da comunidade clerical era, muitas das vezes, vedado o acesso a certos livros. O segredo informacional era consagrado a uns (poucos) eleitos e retido num espaço considerado *sagrado*, constituindo-se, de certo modo, como instrumento de contenda entre o Bem e o Mal.

Na **Biblioteca Pública**, instituição que se afirmou e se expandiu no seguimento da Revolução Francesa, os recursos documentais eram, *grosso modo*, por um lado, a literatura técnica, comercial e os manuais de procedimentos da linha de montagem; por outro, as literaturas de ficção nacional e internacional, as publicações em série e alguns manuscritos.

Vale a pena mencionar que estas bibliotecas desempenharam um papel importante na divulgação cultural, na promoção da leitura e na difusão do ideário libertário, nomeadamente na formação das então jovens nações que conquistaram a sua independência nos séculos XVIII e XIX, tais como os Estados Unidos da América, o México e o Brasil. O seu sucesso também se deve à fragilidade ou inexistência de uma biblioteca nas Escolas, levando, assim, a comunidade de estudantes – sobretudo aqueles que estão privados de um espaço informativo com livros –, a dirigir-se aos serviços da Biblioteca Pública.

Só que a inexistência de uma política de informação científica, técnica e cultural aberta e acessível a todos, no mundo moderno, transformou, em muitos casos, estas instituições em bibliotecas eruditas, frequentadas por investigadores e participantes que ali bebiam o “conhecimento”, nos recursos documentais, para, posteriormente, impressionar os convivas das tertúlias de salão em que participavam e os leitores dos periódicos em que escreviam.

A título de curiosidade, importa observar que o quadro que acabámos de descrever corresponde ao que se passava na Madeira, por entre a elite dos estudiosos, ainda nas primeiras décadas do século XX.

Sob a pressão do crescimento da sociedade moderna e industrial, liberal e capitalista, passou a produzir-se em massa e em série. O binómio produção / consumo tornou-se massivo, pelo que o mercado consumista foi reclamando mais e mais produtos, ideias

e conceitos, bem como novas teorias educativas e formas de aprendizagem homogéneas, acima de tudo fáceis de consumir.

Nas escolas, os métodos de aprendizagem que o sistema de ensino propunha eram baseados no *currículum* nacional, que ignorava por completo as especificidades locais, regionais e pessoais. Na sala de aula, o professor debitava, magistralmente, informações e conhecimentos. Ao aluno competia tirar apontamentos e memorizar os textos de apoio. O ensino e a aprendizagem ocorriam dentro das quatro paredes da sala de aula, sem que o aluno tivesse qualquer contacto com o mundo real.

Na verdade, a escola e o sistema de aprendizagem, com o manual escolar e a sacralização do espaço da Sala de Aula, serviam os objectivos do sistema económico, a sociedade industrial e, em particular, o seu modo de produção. Até a própria configuração arquitectónica de muitas escolas urbanas se aparentava com a das fábricas. Deste modo, o ambiente escolar preparava o aluno para se adaptar perfeitamente, num futuro próximo, ao tipo de trabalho que lhe seria, certamente, destinado, numa linha de montagem. Ao trabalhador, bastava conhecer os procedimentos repetitivos, detalhes que caracterizavam cada departamento, ou tarefa que a linha de montagem lhes proporcionava. Cabe aqui lembrar que a problemática desta preocupante deriva de um mundo "mecanicista" e desumanizado inspirou, por reacção, o álbum e, seguidamente, o filme, *The Wall*, dos Pink Floyd, cujas músicas, letras e imagens marcaram o imaginário das gerações dos adolescentes dos anos 80.

As configurações organizacionais da escola *Escola como Empresa*, de Taylor e Henry Ford, a *Escola Burocrática*, de Max Weber (Costa, 1995: 45-89), colocaram no mercado empresarial e industrial trabalhadores com as características pretendidas: profissionalizados quanto bastar, inflexíveis, pontuais, silenciosos, obedientes perante a cadeia de comando e as hierarquias verticais, ao manual de procedimentos, à literatura laboral e legislativa. Aprender mecanicamente e produzir em massa era, então, o mote, como sugerem as “alegorias” do filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin.

Na época moderna, o manual e os apontamentos das aulas eram os recursos documentais nucleares que constituíam o acervo documental das **Bibliotecas Escolares**. Neste quadro, é fácil perceber por que razão o Estado investia pouco nestas.

## **2. A nova era da Biblioteca Analógica / Digital**

Nas últimas décadas do século XX, as novas tecnologias de comunicação vieram perturbar o Mundo da Informação, ao lançarem no mercado uma avalanche de recursos de leitura, com conteúdos informativos científicos, técnicos culturais e lúdicos, em quantidades industriais, e que obrigaram a repensar a função da Biblioteca Analógica.

Para distinguir a biblioteca de finais do século XX e início do século XXI da anterior, passaremos a designá-la como “Biblioteca Analógica/Digital”. Vários aspectos contribuem para este novo paradigma: a nossa passagem para a era da sociedade pós-

moderna ou Sociedade da Informação, o aparecimento de um novo sector, dito "quaternário", a conseqüente reestruturação dos modos de produção e dos sistemas organizacionais.

O sistema produtivo emergente apela a novos modelos de organização do trabalho: maior flexibilidade, trabalho em equipa, maior descentralização e participação, ligeiramente hierarquizada, em que as linhas de comunicação horizontais, com lideranças criativas e inovadoras, entram em comunicação com a liderança vertical. A qualificação dos funcionários corresponderá à qualificação da Empresa: s(er)ão necessários trabalhadores qualificados, sempre actualizados, com formação ao longo da vida, de maneira a adaptarem-se à polivalência multifuncional, a novas especializações e às novas situações profissionais.

De acordo com Manuel Castells (1995), temos assistido a dois tipos de flexibilidade: a *plurifuncionalidade* (saberes múltiplos) e a *numérica* (volume de trabalho que pode originar a utilização de vínculos de trabalho temporais ou irregulares). Este modo de produção exige, pois, qualificação, formação e profissionais competentes, com capacidades baseadas em saberes múltiplos, assim como o "saber ser", uma vez que trabalharão em equipa.

A exigência de profissionais qualificados, mas flexíveis, aptos para as mudanças tecnológicas e científicas, que aprendam facilmente a saber fazer, refazer, resolver problemas, a partilhar, a colaborar com serviços de qualidade, com vista ao lucro imediato das grandes multinacionais, requer estímulos, formação e informação constantes. Porém, a flexibilidade produz, como

consequência, empresas flexíveis, de longevidade reduzida, que subsistem através de contratos de trabalho precários. Convém alertar que este cenário faz perigar os direitos de cidadania, uma vez que coloca no desemprego massas populacionais mais frágeis e desqualificadas. Só o trabalhador simbólico do conhecimento, da cognição e da telemática ficará protegido, relativamente aos info-excluídos.

Certo é que a sociedade mudou, mas não alterou ainda, extensiva e profundamente, o mundo. Por isso, assistimos ao cruzamento da sociedade moderna, industrial, liberal e capitalista com a sociedade ultra-liberal, pós-modernista ou Sociedade de Informação, sustentada por uma poderosa indústria “de ponta”, que provoca o fosso tecnológico entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos, entre instituições providas e desprovidas, entre indivíduos ricos e pobres, criando a info-exclusão. Como se pode falar de Sociedade da Informação quando certos países do continente asiático ou africano desconhecem ainda o telefone?

De facto, a “ruptura epistemológica” e a “Filosofia do Não” de Gaston Bachelard (D. Lecourt, 1972), que rompem com contextos e com estruturas do antigo conhecimento científico para fazer nascer novas teorias, afectam as antigas estruturas económicas, conduzem ao aparecimento de estruturas sociais e económicas mais solidárias, ou seja, a uma nova sociedade.

Neste contexto filosófico, as novas teorias científicas em conjugação com o novo modo de produção fizeram surgir o “mundo global”, dividido entre ricos e pobres, quem tem e quem

não tem acesso às novas tecnologias de informação. O fenómeno da “globalização” do mercado e da comunicação não só pode criar um fosso considerável entre os que a ele têm acesso e os que não têm, como tende também a destruir as culturas uniformes e homogêneas. Esta situação cria um novo paradigma civilizacional nas sociedades mais desenvolvidas do planeta: o do “multiculturalismo”, em que as diversidades culturais, sociais e económicas das populações se inter-seccionam, se entrelaçam, se sobrepõe umas às outras, constituindo um inédito mosaico de traços identitários e de estilos vários, que rejeita, por definição, o sentimento de pertença a qualquer cultura hegemónica: eis, provavelmente, a sociedade do século XXI.

A informação passou, deste modo, a ser instrumento inorgânico e imaterial, que veio substituir as máquinas da linha de montagem. Os mecanismos referidos vão sendo substituídos por fios, canos, redes, computadores, com ou sem fios, televisões por cabo, videoconferências, enfim, por toda a panóplia info-estrutural endémica da computação.

As instituições e os sistemas educativos, económicos e políticos foram obrigados a acompanhar o decurso de mudança: processar a informação e transformá-la em conhecimento, e, se possível, em novo conhecimento, para produzir serviços e bens de qualidade. São as novas *exigências* do modo de produção. Neste contexto, as Bibliotecas dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento tiveram que se adaptar também à nova realidade. Colaborar com a sociedade civil, através das bibliotecas públicas, com o sistema

educativo, criando novas e melhores bibliotecas escolares e universitárias. Porém, o caminho da mudança não tem sido fácil, porque esbarra com resistências económicas, educacionais, profissionais e atitudes mentais. O que vai, então, mudar nas Bibliotecas da Sociedade de Informação?

As transformações já estão, na maioria dos casos, à vista: **os suportes de leitura** (CD-ROM, DVD, *e-book*, MP3, etc), a **informatização dos catálogos**, o **alargamento da rede de bibliotecas**, incluindo novos **consórcios** (a partilha de recursos documentais, experiências, softwares, formação coordenada, a promoção da leitura, e da alfabetação computacional e digital), o **processo de pesquisa da Informação** (consulta de catálogos informatizados ou em *websites*); são e serão cada vez mais necessários **profissionais da documentação**, preparados para o exercício de competências que se cruzam com outros saberes: a informática, a gestão e as finanças, a documentação, as novas teorias de aprendizagem e o marketing; a potenciação das capacidades do *hardware* e *software*; o **ensino/aprendizagem de novas destrezas na consulta de dados** e a **sensibilização para um novo conceito de cidadania**. Neste últimos dois parâmetros, incluímos questões que se prendem com a necessidade de uma interligação mais eficaz entre as escolas e as bibliotecas, de novas políticas educativas, de promover a autonomia do aluno na pesquisa e no tratamento da informação, de educar para a transversalidade da partilha de dados e de saberes, bem como de

sensibilizar para o trabalho cooperativo no sentido de globalizar a informação.

### **3. Em forma de conclusão: o que o futuro nos reserva**

Se, no futuro laboral, se encontrarão trabalhadores simbólicos com elevados salários e, em oposição, trabalhadores menos qualificados com vínculos contratuais precários, competirá a cada cidadão reivindicar o direito à cidadania, o direito de aceder à informação científica, técnica e cultural, independentemente do seu estatuto sócio-económico.

Na Sociedade da Informação, a comunicação e a circulação de dados para produzir serviços e bens lucrativos não pode ser encarada de ânimo leve. Todos os sectores produtivos da sociedade devem reestruturar-se, incluindo populações, países, regiões e o próprio Homem, para prevenir ou evitar flagelos sociais.

Como se depreende da análise da actualidade informacional e comunicacional, a Sociedade da Informação é a plataforma das interacções e das contradições. Se é certo que as novas tecnologias ligam tudo e todos, através de redes e de conteúdos computacionais e digitais, não é menos verdade que convirá reservar nesta sociedade um espaço para o **Homem** continuar a comungar com os valores humanos. Para **ele**, por **ele** e com **ele**, tudo e todos devem e deverão procurar convergir e não divergir.

Glosando a trilogia de Castells, não temos como “evitar, negar e fugir” das perturbações produzidas pela Sociedade da Informação (FERNANDES, 2000: 14). Por isso, compete aos países reorganizarem as suas economias “à volta das novas tecnologias” (*idem*) e aos países menos desenvolvidos compete-lhes, em especial, abrir, de forma engenhosamente negociada, a sua economia ao mercado global, dinamizando-a para o bem das suas populações.

Neste contexto, as instituições educativas, científicas, culturais e informativas, a exemplo das Bibliotecas, deverão adaptar-se aos novos tempos, reorganizando a sua Informação, tornando-a de fácil acesso ao Homem, que, assim, poderá transformá-la em conhecimento, rumo a uma sociedade cognitiva, promotora de emprego, inovação, criatividade e qualidade de vida para a **Humanidade**.

#### BIBLIOGRAFIA CITADA

- CASTELLS, Manuel, *La ciudad informacional: tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- COSTA, Jorge Adelino Rodrigues da, *Administração escolar: imagens organizacionais e projecto educativo da escola*. Aveiro, 1995. (Tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Aveiro, policopiada).

ECO, Umberto, *O nome da rosa*. 9ª ed. Maria celeste Pinto (trad.). Lisboa: Difel, 1980.

FERNANDES, Margarida Ramires, *Mudança e inovação na Pós-Modernidade: perspectivas curriculares*. Porto: Porto Editora, 2000.

LECOURT, D., *Para uma crítica da epistemologia*. Manuela Menezes (trad.). Lisboa. Assírio e Alvim, 1972. (Textos de Ciências sociais/ João Ferreira de Almeida).